



Religious of the Sacred Heart of Mary – NGO with special consultative status in the Economic and Social Council of the United Nations since 2013 and with the Department of Public Information since 2006.



RELIGIOUS OF
THE SACRED
HEART OF MARY

Boletim das UN # 157

RSCM na ONU

Julho /Agosto 2025

Governança fiscal mundial



Decorreram dez anos desde que o apelo a uma cooperação fiscal internacional mais forte e a uma governação fiscal mundial mais inclusiva foi incluído no documento final da Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento em Adis Abeba. Com a adoção de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 2022, foram lançadas as bases para um processo conducente a uma convenção fiscal da ONU. As negociações formais começaram no início de 2025 sob a liderança de um Comité Intergovernamental de Negociação (INC) e a primeira reunião substantiva foi realizada durante a semana de 4 de agosto. O objetivo é desenvolver um acordo internacional em matéria fiscal que apoie o desenvolvimento sustentável e estabeleça uma abordagem mais justa e eficaz da governação fiscal mundial.  Ver o [video](#)

Fiscalidade e desigualdade

- Em cada ano, aproximadamente **US\$ 1 trilhão** é canalizado ilegalmente fora dos países em desenvolvimento para empresas de fachada.
- Estima-se que **10% do produto interno bruto mundial** tenha sido escondido em **paraísos fiscais**.
- Os paraísos fiscais custam coletivamente aos governos entre **500 mil milhões e 600 mil milhões de dólares por ano** em receitas fiscais das **empresas perdidas**.
- Nos próximos 10 anos, os países estão a caminho de perder quase **US\$ 5 trilhões em impostos** para **empresas multinacionais e indivíduos ricos** que usam **paraísos fiscais para pagar menos impostos**.
- De acordo com o **Relatório de Desigualdade da OXFAM**, em 2024 os



Uma nova ética significa estar consciente da necessidade de que todos se comprometam a trabalhar em conjunto para fechar paraísos fiscais, impedir a evasão e a lavagem de dinheiro que roubam à sociedade, bem como recordar às nações a importância de defender a justiça e o bem comum sobre os interesses das empresas e multinacionais mais poderosas. Este é o momento propício para renovar a arquitetura financeira internacional.
Pope Francis Video Address to the UNGA 2020.

Parecer Consultivo do TIJ sobre os Deveres dos Estados em relação ao Clima

O dia 23 de julho marcou o fim de uma jornada histórica de 10 anos desde o ativismo de adolescentes e estudantes de direito nas ilhas do Pacífico até ao **Tribunal Internacional de Justiça em Haia**. Em resposta a uma submissão após uma resolução da **Assembleia Geral da ONU, em Dezembro de 2022**, e tendo estudado o testemunho apresentado no maior caso que jamais lhes foi apresentado, a Corte emitiu **um parecer consultivo histórico de 500 páginas** sobre mudanças climáticas, esclarecendo as obrigações legais dos Estados para enfrentar a crise climática. O parecer é considerado um ponto de viragem histórico na responsabilização e na justiça climática, suscetível de ter amplas repercussões jurídicas. A totalidade das alegações de

Vanuatu foi confirmada por unanimidade. As alterações climáticas são identificadas como uma ameaça “urgente e existencial” para a humanidade e as emissões de gases com efeito de estufa são vistas como *inequivocamente causadas*

por atividades humanas. O parecer afirma unanimemente que os Estados têm a obrigação legal de combater as alterações climáticas ao abrigo do direito internacional. Reconhece a ligação entre os direitos humanos e a ação climática e abre caminho para a possibilidade dos Estados serem responsabilizados por não cumprirem as suas obrigações climáticas e causarem danos, bem como potencialmente serem obrigados a pagar reparações.  [Leia mais....](#)  Veja [o video....](#)



Palestina e a solução de dois Estados.



No final de julho, realizou-se uma conferência de alto nível de 3 dias sobre a **Palestina**, na sede das Nações Unidas em Nova York, copresidida pela **França** e pela **Arábia Saudita**. O objetivo da Conferência era criar uma dinâmica conducente a uma resolução pacífica do conflito israelo-palestino. Foi salientada a necessidade urgente de uma solução de dois Estados, com um plano faseado, para pôr termo ao conflito e alcançar um Estado palestino pacífico e independente ao lado de Israel. No âmbito da Conferência, foram convocados oito grupos de trabalho. A “Declaração de Nova Iorque” emitida como resultado da Conferência, oferece um roteiro abrangente para a paz e define medidas políticas, humanitárias e de segurança específicas que devem ser tomadas para uma solução pacífica. Os Estados-Membros foram convidados a

subscriver a declaração até ao final da 79.^a sessão da Assembleia Geral, no início de Setembro, para que pudessem ser tomadas medidas..



[Leia mais....](#)

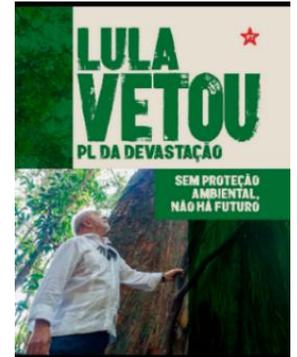


[Veja um video](#)

Erguendo a voz no Brasil

Durante o mês de Julho, um projeto de lei conhecido informalmente como **Projeto Lei da Devastação** foi aprovado pela **Câmara dos Deputados** devido ao lobby de deputados de direita e centristas no Congresso brasileiro. As suas disposições flexibilizaram as exigências legislativas ambientais, abrindo assim a porta para mais devastação, permitindo que o agronegócio se expandisse e destruísse biomas. Autorizou a construção de barragens sem a realização prévia de estudos de impacto ambiental e também retira limites à emissão de substâncias poluentes. Seguiram-se, protestos e ações cívicas. **As delegadas ao Capítulo Geral da RSCM** assinaram e enviaram uma carta dirigida aos deputados denunciando a ação como uma ameaça à integridade da vida e pedindo que o presidente Lula vetasse a sua aprovação.

Estamos felizes em compartilhar que, no dia 8 de agosto, **o presidente Lula vetou 63 dispositivos do projeto**. Segundo o ministro do Meio Ambiente, novas negociações serão necessárias para preservar a integridade do licenciamento ambiental e acelerar os processos legais e constitucionais.



Ver [o video](#)

Negociações com vista a um trata o juridicamente vinculativo sobre os plásticos

O plástico é **omnipresente**: é utilizado em quase todas as atividades industriais e de consumo, desde a construção de veículos até à eletrónica e agricultura, passando pelo transporte marítimo, embalagens e produtos domésticos. Atualmente, há aproximadamente **269 milhões de toneladas de plástico flutuando no oceano, com outras 8 a 10 milhões de toneladas adicionadas a cada ano**. A poluição causada pelo plástico tem consequências graves para o ambiente, para a saúde humana e vida selvagem, provocando danos nos ecossistemas, pondo em perigo a vida terrestre, marinha e terrestre e colocando riscos para o bem-estar humano devido a alterações da exposição a produtos químicos no corpo humano.



Os trabalhos para o Tratado Global sobre Plásticos para acabar com a poluição provocada pelo plástico através de um

acordo internacional abrangente e juridicamente vinculativo que visa todo o ciclo de vida dos plásticos, começaram em 2022. A última sessão de negociações estava agendada para Genebra, em agosto de 2025. No entanto, dez dias de negociações não conseguiram chegar a um consenso sobre aspetos fundamentais desta questão urgente. Embora parecesse possível chegar a um consenso sobre um leque restrito de

questões, as controversas “**linhas vermelhas**” traçadas sobre questões relacionadas com a produção e os subsídios aos combustíveis fósseis revelaram profundas divisões. Um acordo fraco foi visto como pior do que nenhum acordo. Depois das reuniões extraordinárias noturnas não terem produzido um texto que pudesse ser aceite por todos, a reunião foi suspensa, com uma decisão sobre futuros procedimentos também suspensa.



[Leia mais....](#)
[Veja um video](#)



Avaliação dos progressos realizados na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A sessão de 2025 do **Fórum Político de Alto Nível** das Nações Unidas realizou-se em Nova Iorque, de **14 a 21 de Julho**. Surgiu num momento de restrições financeiras e impasses políticos relacionados com múltiplos desafios globais que se cruzam, desde conflitos prolongados e instabilidade económica até à escalada da crise climática. Ao abordar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

foram tidos em conta os progressos e os obstáculos ao sucesso dos ODS relacionados com a saúde e o bem-estar (**ODS 3**), a igualdade de género (**ODS 5**), o trabalho digno e o crescimento económico (**ODS 8**), a vida subaquática (**ODS 14**) e as parcerias para os objetivos (**ODS 17**). Apesar da lentidão dos progressos, muitas vezes devido à falta de financiamento para a execução, a sua importância foi constantemente sublinhada. Como o secretário António Guterres observou em seu discurso de abertura em 21 de julho, “*Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não são um sonho,... são um plano. Um plano para cumprir as nossas promessas — às pessoas mais vulneráveis, uns aos outros e às gerações futuras.*» Este ano, 35 países apresentaram as suas Revisões Nacionais Voluntárias, partilhando histórias de sucesso e desafios enfrentados na implementação.



[Leia mais....](#)

Obrigado a **Cathy Wilkins (JPIC EAA)** por participar de vários eventos durante o **Fórum Político de Alto Nível**, em Nova York, enquanto a **Veronica RSHM** estava ausente no Brasil no **Capítulo Geral das RSCM**.
Seguem-se os seus

Igualdade de género: o ingrediente fundamental da Agenda 2030

Este evento paralelo do FPAN centrou-se no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) da ONU sobre igualdade de género, com os membros do painel a discutirem as oportunidades e barreiras que as mulheres jovens e as raparigas enfrentam em relação ao ODS 5. As oradoras, jovens mulheres de todo o mundo, demonstraram as interligações entre as parcerias, o ODS 5 e o ODS 3 (saúde e bem-estar), o ODS 8 (trabalho digno) e o ODS 17, através da partilha das suas experiências. Uma mulher discutiu a importância de os espaços de trabalho serem acolhedores para as mães e proporcionarem cuidados aos filhos. Outros debateram os obstáculos que enfrentam, nomeadamente os obstáculos sociais e económicos e o acesso à educação. Defenderam uma maior inclusão e diversidade na educação e no trabalho. Um



orador sugeriu que todas as raparigas deveriam receber educação integral através do ensino pós-secundário, o que inclui educação para a saúde e direitos laborais. Um dos presentes, analista político do governo do Canadá, enfatizou a importância de esses objetivos estarem interligados com a política.

Marés de transformação: alinhando a ação do ODS 14 desde Nice a NY



O ODS 14 (Life Underwater) diz principalmente respeito à conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Este evento virtual, organizado pela

ONG **Mining Working Group**, fez a ligação dos resultados da **Conferência dos Oceanos da ONU de 2025 (UNOC3)** com a revisão do ODS 14 (Vida Subaquática) no FPAN, com especial atenção aos direitos humanos e ambientais relacionados às indústrias extrativas, particularmente a mineração em alto mar.

Observou-se que o ODS 14 fez o menor progresso em direção aos seus objetivos, mas também recebeu o menor montante de financiamento. A esperança reside no Acordo BBNJ (**Acordo sobre a Diversidade Biológica Marinha de Áreas Fora da Jurisdição Nacional**), que se concentra na conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição nacional. Apenas mais 8 países precisam ratificar o acordo para que ele atinja o limiar de 60 e entre em vigor.

As pessoas continuarão a trabalhar no ODS 14 porque proteger os nossos oceanos é um investimento para o nosso futuro. Os oceanos fornecem alimentos, empregos, oxigênio e regulamentações climáticas. Temos de investir em ambientes marinhos saudáveis, na conservação e na pesca sustentável.

Distribuição

Conselho de Liderança do Instituto; Líderes de Área;
Animadoras JPIC; Rede Internacional de Escolas
RSCM; Grupo de Interessadas no Boletim
Tradução – **Maria Luisa Pinho RSCM**

Trabalho Digno e Empoderamento Económico: Barreiras e Oportunidades

Em preparação para a **Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social** em Doha, no Catar, em Novembro, o Comitê de ONGs para o Desenvolvimento Social convocou um evento paralelo do FPAN que se concentrou no ODS 8 – trabalho decente e crescimento económico. As declarações em vídeo de pessoas da **Índia, Paquistão, Mauritânia, Gana e Indonésia** partilharam as barreiras que



enfrentam na tentativa de encontrar trabalho produtivo e bem-estar socioeconómico. Entre estes contam-se a falta de acesso à educação e à formação, a violência, o assédio e a discriminação,

Cynthia Samuel-Olonjuwon, diretora do escritório da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** em Nova York, observou que poucos prosperam às custas de muitos. Promover o desenvolvimento social através do trabalho digno e da justiça social é moralmente convincente e relevante tanto do ponto de vista fiscal como institucional. A capacitação económica deve assentar em soluções estruturais, eliminando barreiras, investimentos arrojados e proteções sociais. Uma economia centrada na dignidade humana apoia o crescimento de empresas sociais que abordam desafios sociais e ambientais, investe no serviço público e fornece apoio económico a programas criados localmente.

Timor Leste exemplifica como são os progressos. Esta pequena nação insular, uma democracia pós-conflito, ancorada na paz e na dignidade humana, é significativamente afetada pelas alterações climáticas. Nos últimos 20 anos, fizeram progressos significativos nos domínios da saúde e da educação. No entanto, continuam a tentar eliminar os obstáculos ao trabalho digno. Estão a investir na educação e em oportunidades de emprego para os jovens e as mulheres. Querem um futuro digno e não dependente da ajuda externa. Sabem que a sua agricultura tem de ser inteligente em termos climáticos e baseada em dados concretos para aumentar a produção. Reconhecem que devem criar oportunidades económicas que abordem simultaneamente questões ambientais, como empregar jovens na restauração dos campos de mangas.